

EIXO TEMÁTICO 10 – SUST - SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

**AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA INVESTIGAÇÃO
ACERCA DAS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL
DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICA**

***ENVIRONMENTAL AGENDA IN PUBLIC ADMINISTRATION: AN INVESTIGATION
ABOUT SOCIO-ENVIRONMENTAL PRACTICES IN A FEDERAL INSTITUTION OF
PUBLIC HIGHER EDUCATION***

RESUMO: Este estudo teve como objetivo investigar, sob a ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), a perspectiva da comunidade acadêmica de uma IES pública acerca de práticas socioambientais em seu Campus. Os dados foram coletados por meio de pesquisa documental e bibliográfica, questionários e entrevistas. Em seguida, foram analisados por meio de análise de conteúdo, e posterior triangulação. Verificou-se que o Campus de Palmeira das Missões necessita de ações de sensibilização e capacitação, promoção à saúde e integração dos servidores, e ampliar e reforçar as iniciativas relacionadas a compras e construções sustentáveis. Ao final, apresentam-se sugestões para o Plano de Gestão Socioambiental do Campus de Palmeira das Missões. Também como um dos resultados do projeto e sua consecução, houve a adesão formal do Campus UFSM/Palmeira das Missões à A3P junto ao Ministério do Meio Ambiente.

Palavras-chave: Agenda Ambiental na Administração Pública. Gestão Socioambiental. Instituição de Ensino Superior.

ABSTRACT: *This study aimed to investigate, from the perspective of the Environmental Agenda in Public Administration (A3P), the perspective of the academic community of a public HEI regarding socio-environmental practices in its Campus. Data were collected through documentary and bibliographic research, questionnaires and interviews. Then, they were analyzed through content analysis, and subsequent triangulation. It was found that the Palmeira das Missões Campus needs awareness and training actions, health promotion and integration of civil servants, and to expand and reinforce initiatives related to sustainable purchases and constructions. At the end, suggestions are made for the Social and Environmental Management Plan of the Palmeira das Missões Campus. Also as one of the results of the project and its achievement, the UFSM / Palmeira das Missões Campus formally joined the A3P at the Ministry of the Environment.*

Keywords: *Environmental Agenda in Public Administration. Social and Environmental Management. Higher Education Institution.*

1 INTRODUÇÃO

É crescente a importância de a administração pública incorporar, em suas atividades diárias, iniciativas socioambientais e processos que assegurem a sustentabilidade das organizações, servindo de exemplo para as organizações privadas e para a sociedade em geral. No que tange às Instituições de Ensino Superior (IES), agendas dessa natureza podem ter ainda mais impacto, visto que são locais onde se qualificam e capacitam membros da sociedade, que uma vez formados retornarão à suas comunidades, onde podem ter a responsabilidade de tomar decisões no ambiente em que estiverem inseridos.

Segundo Carvalho e Sousa (2013), o setor público é o maior consumidor de bens e serviços no mercado brasileiro, movimentando cerca de 10% a 15% do Produto Interno Bruto (PIB). Com relação à este ponto, cabe destacar a importância das “compras públicas sustentáveis” como um dos eixos da A3P a ser trabalhado.

Araújo *et al.* (2014, p. 3581) comentam que “é notório que as práticas de gestão ambiental são pautadas e interligadas a diversas normas em prol da minimização de impactos negativos gerados ao meio ambiente”. O eixo da A3P “uso racional dos recursos naturais e bens públicos” se mostra, então, relevante, no sentido de que traz benefícios não só à preservação, mas também na redução de gastos financeiros a longo prazo.

O eixo da A3P “construções sustentáveis” traz a visão do uso racional dos recursos naturais voltadas aos prédios e construções, que podem ser pensados desde a concepção de maneira sustentável, ou adaptados. O “gerenciamento dos resíduos sólidos”, outro eixo da A3P, também se mostra relevante no que tange às práticas de descarte na instituição, visto que deve haver uma gestão adequada, a qual abranja desde os resíduos de construções até os resíduos diários. Neste contexto pode-se destacar também que a gestão de resíduos vem ao encontro da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é uma das universidades federais que se expandiu nos últimos anos devido aos programas de expansão do Ensino Superior, e possui cinco campi. Atualmente, está entre as IES que ainda não aderiram à A3P, assim como as demais IES do estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, a UFSM já possui o Plano de Logística Sustentável, o que se constitui em uma oportunidade de a Instituição implantar iniciativas de cunho social e ambiental mais abrangentes, aderindo à A3P e ampliando suas ações, principalmente no que tange à sensibilização interna e divulgação das ações.

Para demonstrar à comunidade acadêmica a importância e viabilidade da implantação de práticas socioambientais em uma IES pública, apresenta-se a situação-problema: que ações específicas poderiam ser adotadas pelo Campus de Palmeira das Missões (Campus PM) da UFSM de forma torna-lo mais sustentável? Para se construir a resposta a essa problemática, definiu-se como objetivo deste estudo investigar, sob a ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública, a perspectiva da comunidade acadêmica de uma IES pública acerca de práticas socioambientais em seu Campus.

No que tange à estrutura do estudo, após esta introdução se apresenta a revisão bibliográfica que embasa esta pesquisa. Na seção 3 se discute a metodologia utilizada. Em seguida, a seção 4 apresenta os resultados, seguidos das considerações finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Nesta seção, e em seus desdobramentos, se busca estabelecer os fundamentos teóricos que orientam esta pesquisa. Para tanto, discorre-se sobre a gestão ambiental com foco nas organizações públicas; e, por fim, A3P e seus eixos.

2.1 GESTÃO AMBIENTAL

Gestão ambiental, como o nome sugere, consiste na gestão de processos, aliada ao respeito ao meio ambiente. Barbieri (2011, p. 19) coloca que gestão ambiental pode ser entendida como “as diretrizes e as atividades administrativas e operacionais [...] com o objetivo de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, tanto reduzindo, eliminando ou compensando os danos ou problemas causados pelas ações humanas, quanto evitando que eles surjam”. Destaca-se que não há, ainda, um consenso acerca do conceito de Gestão Ambiental, visto que o mesmo vem evoluindo junto às discussões sobre o assunto no decorrer dos anos.

Jabbour e Jabbour (2013), destacam alguns benefícios da gestão ambiental para as organizações, a saber: melhoria do desempenho operacional e conseqüente redução dos custos operacionais (ecoeficiência); melhoria do potencial inovador; acesso a fontes de crédito e financiamento; elevação da reputação da organização e a conseqüente geração de mídia espontânea; gestão de recursos humanos com implicação na motivação; estabelecimento de novas parcerias, principalmente com instituições de ensino e pesquisa; entre outros.

Por outro lado, Jabbour e Jabbour (2013) destacam algumas dificuldades encontradas ao se implantar a gestão ambientalmente adequada nas organizações, entre as quais citam a resistência à mudança por parte da alta administração e funcionários, falta de divulgação interna, visão negativa em decorrência de experiências anteriores com poucos resultados efetivos e falta de habilidade dos dirigentes em visualizar a relevância de todas as etapas necessárias.

Dias (2011) destaca a importância da conscientização e da atuação do setor de recursos humanos das organizações, ao incorporar nestas a mudança de processos em prol do meio ambiente. O autor salienta que se deve contar com a participação de diferentes setores da sociedade nos treinamentos, possibilitando compreender todas as variáveis integrantes do contexto da visão ambiental, e evitando o pensamento de que é um discurso vazio ou incoerente.

Em relação ao setor público, é importante que além de criar regulamentações para incentivar e cobrar atitudes socioambientais das organizações, o mesmo implemente práticas nesta orientação. Vale salientar, também, que por meio de uma gestão ambiental planejada, tanto o setor público como o setor privado têm condições conciliar aspectos culturais, econômicos, sociais e ambientais no desenvolvimento de suas atividades diárias, com impactos positivos sobre o meio ambiente e a sociedade. Por propor a adoção de práticas socioambientais, a A3P pode ser um meio de se iniciar uma gestão neste sentido.

2.2 AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (A3P)

A A3P é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) que propõe a implantação da gestão socioambiental no setor público. O objetivo principal da A3P é “aumentar a eficiência da gestão e incorporar critérios de gestão socioambiental nas atividades públicas” (MMA, 2014, p. 9). Conforme o MMA (2009, p. 31), as diretrizes

da A3P se fundamentam não só na Agenda 21, mas também no Princípio 8 da Declaração da Rio92, o qual afirma que “os Estados devem reduzir e eliminar padrões insustentáveis de produção e consumo e promover políticas demográficas adequadas”.

O Programa foi criado no ano de 2001, e segundo o MMA (2014), no ano seguinte recebeu o prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria Meio Ambiente, pela Unesco. No ano de 2005 criou-se a Rede A3P, um canal de comunicação entre os órgãos públicos que aderem à Rede, e também passaram a ser realizados Fóruns nacionais sobre os temas relacionados à Agenda.

Apesar de a adesão à A3P ser voluntária, o governo federal, por meio do MMA (2014, p. 8) salienta que “tem empreendido esforços constantes de aperfeiçoamento do programa como a criação do sistema de monitoramento online e do banco de boas práticas sustentáveis”, e recomenda que os órgãos públicos adotem as medidas propostas pela Agenda, para que sirvam de referência para os demais segmentos da sociedade.

A A3P foi estruturada em cinco eixos temáticos, e no ano de 2014 foi adicionado um sexto eixo, ficando da seguinte forma: 1) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos; 2) Gerenciamento de resíduos sólidos; 3) Qualidade de vida no ambiente de trabalho; 4) Sensibilização e capacitação dos servidores; 5) Contratações públicas sustentáveis; e, 6) Construções sustentáveis (MMA, 2014). A nomenclatura de cada eixo tem variações terminológicas, ao comparar as cartilhas e o *site* do MMA.

É importante destacar que o próprio MMA (2014) permite que, caso a instituição já possua um Plano de Logística Sustentável, este seja utilizado como Plano de Gestão Socioambiental para implantação da A3P, visto que ambos convergem, sendo estruturados de forma semelhante. Luiz, Pfitscher e Rosa (2015) apresentam de forma didática como se dá a semelhança entre a A3P e o PLS, como pode ser conferido na Figura 1.

EIXOS TEMÁTICOS DA A3P		TEMAS MÍNIMOS DO PLS
Uso Racional dos Recursos	↔	Material de Consumo / Energia Elétrica / Água e Esgoto / Deslocamento de Pessoal
Gestão de Resíduos	↔	Coleta Seletiva
Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho	↔	Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho
Sensibilização e Capacitação dos Servidores	↔	Obs.: não configura como Tema Mínimo a ser abrangido pelo PLS, mas como Conteúdo Mínimo
Licitação Sustentável	↔	Compras e Contratações de Serviços Sustentáveis
Construções Sustentáveis	↔	Contratação de Obras e Manutenção Predial

Figura 1 - Eixos temáticos da A3P e Temas mínimos do PLS

Fonte: Luiz, Pfitscher, Rosa (2015), embasados em MMA (2015) e Brasil (2012).

O eixo 1, **uso racional dos recursos naturais e bens públicos**, segundo o MMA (2017) trata de evitar o desperdício por meio de ações de economicidade e otimização de recursos. Como se pode visualizar na Figura 1, envolve material de consumo, energia elétrica, água e esgoto, madeira e inclusive transporte e deslocamento de pessoal.

O **eixo 2, gerenciamento de resíduos sólidos** foi inicialmente embasado no Princípio dos 5 R's (MMA, 2009): Repensar, Recusar, Reduzir, Reutilizar, e Reciclar. A coleta seletiva é parte importante deste eixo, propondo a separação dos resíduos desde a sua geração até a destinação correta. É importante destacar ainda o Decreto nº 5.940/2006 que trata da coleta seletiva solidária, para que as cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis tenham prioridade ao ser operacionalizado um sistema de logística reversa para os resíduos.

O **eixo 3, qualidade de vida no ambiente de trabalho** visa melhorar a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho, através de aspectos físicos e psicológicos. Envolve, segundo o MMA (2014), questões relacionadas à garantia da acessibilidade, redução do estresse e ampliação da participação dos servidores nos processos institucionais. A promoção da saúde, da segurança, da integração social são fatores que demandam atenção neste eixo, além do bom aproveitamento das habilidades individuais e promoção de ações para o seu desenvolvimento pessoal e profissional, buscando conciliar objetivos institucionais e pessoais.

O **eixo 4, sensibilização e capacitação dos servidores** também é voltado ao trabalhador e, segundo o MMA (2014), busca desenvolver e estimular a prática da consciência cidadã pelos gestores e servidores públicos. Neste eixo enquadra-se a realização de campanhas de conscientização, de forma a esclarecer a todos a importância da adoção de uma postura socioambiental, como cidadão e como instituição. A capacitação diz respeito a como cada servidor deve agir, quais ações este deve tomar e pode desenvolver.

O **eixo 5, contratações públicas sustentáveis** trata de conciliar as licitações e as ações socioambientais. O artigo 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 coloca que “a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável [...]”. Por sua vez o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento sustentável nas contratações públicas.

O **eixo 6, construções sustentáveis**, segundo o MMA (2014), trata das “edificações e ambientes que considerem, desde a sua concepção, construção, operação e renovação, o uso de conceitos e procedimentos reconhecidos de sustentabilidade”. São exemplos a automação da iluminação, sistemas de reuso de água e tratamento de efluentes, comprovação da origem da madeira utilizada, entre outros. Destaca-se que estes requisitos devem ser pensados para prédios novos, e podem ser adaptados nos prédios já construídos.

3 MÉTODO DO ESTUDO

Diante do objetivo apresentado, foram levantadas informações a respeito do conhecimento e sugestões da comunidade acadêmica sobre as práticas socioambientais. Desta forma, quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, cujo “objetivo primordial é a descrição das características de determinada população ou fenômeno” (DIEHL; TATIM, 2004, p. 54).

Quanto à coleta de dados, foram necessárias diferentes fontes de evidências. Os questionários, com perguntas abertas, se fizeram necessários para levantar as informações dos servidores, funcionários terceirizados e acadêmicos do Campus PM, tanto do seu conhecimento e visão sobre as atividades desenvolvidas, como para identificar fatores que podem ser modificados e levantar necessidades. O **questionário** foi aplicado *on-line*, por meio do Portal do servidor ou aluno, cujo acesso

se dá com matrícula e senha próprios. Para os funcionários terceirizados, foi aplicado em via impressa.

Para efeitos de análise dos dados, os respondentes foram identificados da seguinte maneira: “A” indicando acadêmicos, “T” indicando Técnicos Administrativos em Educação (TAEs), “D” indicando docentes, e “F” indicando os funcionários terceirizados, conforme Tabela 1.

A numeração dos questionários foi determinada pelo Sistema de Questionários de forma aleatória, sendo que os questionários aplicados aos funcionários terceirizados seguiram a mesma sequência numérica, sendo inseridos após os questionários aplicados via Portal. Os questionários número 61 e 72 referem-se a sujeitos que optaram por não participar da pesquisa marcando a opção “não concordo”, de forma que foram contabilizados na numeração, entretanto, não foram considerados como questionários respondidos.

A **pesquisa documental** se justifica em vista de que “os documentos constituem fonte rica e estável de dados” (GIL, 2009, p. 46), de onde se pode retirar informações históricas que não sofreram intervenção dos sujeitos da pesquisa. Os principais documentos consultados foram os Planos de Logística Sustentável da UFSM, dos anos 2003-2015 e 2016-2018. Além destes, os *sites* da UFSM, Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026, e relatórios do Sistema de Informações Educacionais (SIE) sobre o consumo de produtos por período.

Tabela 1 - Codificação dos respondentes dos questionários

Categoria	Número do questionário	Identificação
Acadêmicos	01, 05, 07, 08, 16, 17, 18, 23, 24, 27, 28, 30, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 48, 49, 53, 54, 57, 63, 64, 71, 72, 78	A01 (...) A78
Técnico-Administrativos em Educação	02, 03, 19, 29, 31, 33, 47, 50, 58, 65, 66, 76	T02 (...) T76
Docentes	04, 06, 09, 10, 11, 13, 14, 15, 20, 21, 22, 25, 26, 32, 34, 35, 38, 39, 40, 46, 51, 52, 55, 56, 59, 60, 62, 67, 68, 69, 70, 73, 74, 75, 77	D04 (...) D77
Funcionários Terceirizados	79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86	F79 (...) F86

Fonte: Elaborado pelos autores.

A **pesquisa bibliográfica**, elaborada a partir de material já publicado (PRODANOV; FREITAS, 2013), também foi de fundamental importância, principalmente no que se refere à legislação sobre o tema, cartilhas e documentos disponibilizados pelo MMA sobre a A3P e na área afim, e publicações acadêmicas.

A **entrevista** semiestruturada, que é utilizada no sentido de obter “informações a respeito de determinado assunto mediante uma conversação de natureza profissional” (DIEHL; TATIM, 2004, p. 65), foi aplicada com o objetivo de coletar dados específicos para o entendimento da situação atual do PLS. Foram realizadas entrevistas com seis representantes da atual Comissão Gestora do PLS da UFSM, que foram identificados, nesta pesquisa, por PLS1, PLS2, PLS3, PLS4, PLS5 e PLS6.

Para a análise dos dados qualitativos foi utilizada a orientação de Bardin (2010) no que diz respeito à Análise de Conteúdo, definindo as categorias analíticas *à priori*, com base na literatura utilizada. Definiu-se como categorias os próprios eixos da A3P (MMA, 2014, p. 10). Por serem utilizadas diversas fontes de dados, a validação dos mesmos se deu por meio da triangulação. Prodanov e Freitas (2013, p. 129)

caracterizam a triangulação de dados como um “processo de comparação entre dados oriundos de diferentes fontes no intuito de tornar mais convincentes e precisas as informações obtidas”, e portanto possibilita uma análise ampla dos fatores abordados, relacionando entrevistas, questionários e documentos pesquisados.

4 RESULTADOS: APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 A PERSPECTIVA DA COMUNIDADE ACADÊMICA DO CAMPUS PM ACERCA DE PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS

Nesta seção, serão apresentados os dados resultantes dos questionários, de forma a facilitar a compreensão do ponto de vista da comunidade acadêmica com relação às ações socioambientais praticadas no Campus de Palmeira das Missões. Segundo dados do Centro de Processamento de Dados, do ano de 2018, o Campus PM conta com 1.195 alunos regulares de cursos presenciais de graduação, 31 alunos do curso de mestrado acadêmico, 88 docentes e 39 técnico-administrativos, além de 48 funcionários terceirizados. Destaca-se que, do universo de mil quatrocentos e um sujeitos, oitenta e quatro responderam, o equivalente a seis por cento. A Tabela 2 apresenta estes dados, por categoria

Tabela 2 - Percentual de respondentes por categoria

Categoria	Quantitativo total	Percentual do total	Respondentes	Percentual de respondentes
Docentes	88	6,28%	35	39,77%
TAEs	39	2,78%	13	33,33%
Terceirizados	48	3,43%	8	16,67%
Acadêmicos	1226	87,51%	28	2,28%
Total	1401	100%	84	6%

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Com relação ao **Eixo 1 da A3P, uso racional dos recursos naturais e bens públicos**, se buscou identificar se a comunidade acadêmica tem conhecimento da realização de ações no sentido de promover o uso consciente de alguns recursos, a saber: água, cartuchos e toners, copos plásticos, deslocamento de pessoal, energia elétrica, material de limpeza, e papéis.

A41 e D04 citam a existência de cartazes avisando sobre a importância do uso consciente da energia elétrica, ação esta decorrente de um projeto de extensão denominado Visão Coletiva, que esteve vigente de 2015 a 2017 e era executado pelos membros da Empresa Visão Júnior, conforme pode se verificar na fala de T66: “no Campus já foram implementadas algumas ações na forma de projetos, da Empresa Júnior que realizou campanhas com foco na sustentabilidade, como exemplo: diminuição do uso de papel com impressão frente e verso, uso consciente de energia elétrica, etc.”. É importante, entretanto, destacar a fala de D09, o qual entende que “o uso da energia elétrica deveria ser melhor praticado”, bem como a fala de F88, de que o “uso consciente de energia elétrica também deveria ser avaliado principalmente na parte dos ar condicionado”.

A utilização de papel foi um dos itens mais comentados. A44 sugere o “incentivo de leituras no computador, à começar pelos professores, aceitando apenas trabalhos online e evitando o recebimento de trabalhos impressos (o que atualmente não ocorre)”. A42 comenta sobre os slides, alegando que “os professores enviam muitos slides, e isso acaba fazendo com que os alunos imprimam muitas folhas, que acabam

indo fora”, e complementa sua fala comentando que “um dos setores que não possuem um uso consciente de papéis, por exemplo, é próprio xerox da faculdade [...] Os colaboradores são desorganizados, e por haverem muitas falhas, acabam desperdiçando muito papel”. A44 sugere também a “utilização de papel reciclado em todo o campus”.

Com relação às impressões, o que diz respeito ao consumo de papel e também de cartuchos e toners, T19, D46 e D39 comentam que estas deveriam ser otimizadas, na sugestão de D39, com o uso de “somente impressoras centralizadas e papéis reciclados, com impressão frente e verso”. D67 também citou a existência de bilhetes nos computadores, para uso racional de impressões, economizando papel e *tonners*; ação, esta, também decorrente do projeto Visão Coletiva.

O **Eixo 2 da A3P, gerenciamento de resíduos sólidos**, foi abordado com o objetivo de os respondentes fornecerem opiniões sobre a separação dos resíduos, coleta seletiva e destinação, coleta seletiva solidária, resíduos especiais e reutilização e reciclagem. Com relação à separação dos resíduos secos e orgânicos no Campus, é importante salientar, inicialmente, que o município implementou a coleta seletiva em junho de 2017. Antes desta data, entretanto, grande parte das salas de aula e corredores já possuíam duas lixeiras, identificadas para a correta separação, também decorrentes do projeto Visão Coletiva. Vale ressaltar que após o projeto ser encerrado, não houve verificação constante e efetiva sobre a disposição das lixeiras.

T47 e T66 destacam que para que a coleta seletiva municipal funcione, é necessário bom senso e consciência da sociedade, como pode ser observado nas seguintes falas: “como tudo na vida, apesar da informação disponibilizada, dependemos do bom senso das pessoas para em colocar em atividade” (T47) e “no município de Palmeira das Missões foi realizada uma campanha para separação dos diversos tipos de lixo, contudo, observo que muitas vezes, embora haja nos corredores latas de lixo específicas para lixo orgânico e reciclável, não há consciência por parte das pessoas na separação” (T66). Ambas falas colocam a importância da consciência socioambiental para o processo funcionar corretamente.

A destinação dos resíduos coletados, por sua vez, é um fator desconhecido por parte da comunidade acadêmica e vale destacar que o Campus é ponto de coleta de pilhas e baterias devido a uma ação municipal, e o coletor se localiza no hall do Prédio Principal, sendo de fácil acesso e visualização, entretanto, os respondentes D26, A41, A54 e D73 citaram que têm conhecimento do local para descarte de pilhas e baterias.

Resíduos de produtos químicos e biológicos são coletados por uma empresa terceirizada, que coleta em todos os campi. T66 disse saber que a empresa recolhe, mas “não sabe como funciona exatamente”, semelhante a posição de D51, o qual comenta que tem conhecimento apenas do laboratório que utiliza, e não dos demais. Já D70 e D06 têm uma visão positiva deste tema, o que pode se verificar nas respectivas falas: “o descarte de material de laboratório me parece ok”, e “acredito que atualmente é realizado de forma adequada. Ao menos é isso que observo por parte dos laboratórios do campus”.

O **Eixo 3 da A3P, qualidade de vida no ambiente de trabalho**, direcionado aos servidores, abordava acessibilidade, segurança, promoção a saúde, promoção ao desenvolvimento pessoal e profissional, integração, e o fato de o ambiente de trabalho ser agradável. D04 comenta que “o ambiente de trabalho é agradável”, e consegue se “socializar com todos sem nenhum problema”, pensamento similar ao de D55, o qual comenta que “comparando com outras universidades, o ambiente de trabalho é muito bom”. D77 coloca que “sempre haverá espaço para novos projetos que promovam,

gradualmente, ações para a melhoria da qualidade de vida do trabalhador, sobretudo, em um ambiente institucional em desenvolvimento”. Por

O **Eixo 4 da A3P, sensibilização e capacitação dos servidores**, objetivou reunir maiores informações sobre a efetividade e abrangência das ações de sensibilização e capacitação realizadas, bem como quem as realiza, embora fossem relacionados aos Eixos 1 e 2 da A3P, abordam a demanda de ações de divulgação, sensibilização e capacitação para com a comunidade acadêmica, tanto no sentido de saber da existência das ações, como de ser parte destas. D11 coloca que “não são realizadas atividades de capacitação, as quais seriam fundamentais para a melhor separação dos resíduos e melhor aproveitamento dos recursos. Ressalta-se que tais ações deveriam ser desenvolvidas com toda a comunidade acadêmica”. Cerca de onze respondentes, entre docentes, TAEs e funcionários terceirizados, comentam que existem ações, porém estas são isoladas, de forma que possuem pouca abrangência. Neste sentido, T47 sugere que cursos de capacitação sejam oferecidos no Campus PM, complementadas com as atividades de sensibilização, que “devem ser periódicas visto a cultura do nosso povo de desperdício”. As falas de D22 e T31 são no sentido de sugerir que as ações “poderiam ser mais dinâmicas, processos que divulgassem sem tomar muito tempo do público” (D22), e que “deve-se pensar em uma parceria estratégica entre comunicação, administração e direção dos campi para propor e concretizar ações de curto e longo prazo”.

O **Eixo 5 da A3P, contratações públicas sustentáveis**, foi abordado de forma a identificar se os servidores perceberam mudança no padrão dos itens adquiridos nos processos licitatórios (serviços, material de consumo, equipamentos, etc.), no sentido de possuírem aspectos mais sustentáveis (maior durabilidade, menor consumo, redução do desperdício, logística reversa, etc.)

Como forma de mitigar problemas pertinentes à aquisição de materiais no que tange à questão ambiental, o PLS possui objetivos voltados a ampliação das compras e consumo de produtos sustentáveis, implantação das compras públicas sustentáveis, e ampliação da aquisição de equipamentos ecologicamente eficientes. Portanto, ainda que ações estejam sendo realizadas no sentido de concretizar estes objetivos, o desconhecimento por parte dos servidores sugere que estas ações precisam ser ampliadas e mais divulgadas.

É válido destacar a fala de alguns servidores no sentido de terem percebido avanços no que diz respeito à aquisição de materiais e serviços com orientação para a sustentabilidade. D11, por exemplo, nota que “alguns produtos ou serviços começam a ser descritos considerando-se critérios sustentáveis”, similar ao comentário de D39, o qual comenta que “há, ainda em número reduzido, materiais “sustentáveis”, o que já é um avanço significativo. É preciso, na medida do possível, ampliar a gama de materiais dessa natureza”. A fala de T58 indica que este percebeu “mudança na descrição de alguns itens, mas a mudança ainda parece pequena em relação ao universo de itens licitados”. Destaca-se a fala de T66 neste sentido: “tenho conhecimento que a UFSM já realiza processos licitatórios em que prioriza produtos sustentáveis, contudo, creio que isso não seja divulgado amplamente. Além disso, desconheço como é realizada a descrição destes itens, legislação que regulamenta a compra [...]”.

Com base nestas falas, se pode inferir que algumas ações foram iniciadas no sentido de atender aos objetivos do PLS, entretanto, estas precisam ser divulgadas e ampliadas. Tanto o Eixo 5 como o Eixo 6 da A3P demandam ações de nível institucional, implementadas pelo setor responsável, a saber, DEMAPA e PROINFRA, respectivamente.

O Eixo 6 – Construções sustentáveis foi abordado no questionário por meio de questões que sugeriam ações concretas que poderiam fazer parte da infraestrutura predial do Campus, e serem de conhecimento da comunidade acadêmica, embora este eixo contemple também ações mais técnicas como a utilização de materiais recicláveis ou biodegradáveis nas construções, madeira proveniente de reflorestamento, ou mesmo processo de etiquetagem das edificações. Foi abordado portanto a coleta de água da chuva ou reuso de água, sensores de presença para otimização do uso de energia elétrica, equipamentos de climatização de modelos que garantam eficiência energética, e o uso de energia solar.

É importante destacar que alguns prédios do Campus foram planejados para que coletassem água da chuva, embora nenhum está com este sistema em funcionamento. D11 coloca que, “pelo que se sabe, o Campus possui sistema de coleta de água da chuva na Casa do Estudante, mas o mesmo não funciona”. Por sua vez, D67 sugere que “poderia haver aproveitamento da água de chuva para uso nas descargas nos banheiros”.

Em relação à economia de energia elétrica, os sensores de presença para otimização de energia elétrica existem nos banheiros de uso comum do Prédio Principal, embora em alguns momentos tenham apresentado problemas. T58 comenta: “encontro-os apenas nos banheiros, o que representa apenas uma pequena parcela da área do campus”, ao passo que A64 comenta que “se existem, não funcionam”. T50 comenta que “falta modernização, só há nos climatizadores” e T58 comenta que “grande parte dos condicionadores de ar são novos, mas desconheço qualquer plano de manutenção dos mesmos”. A energia elétrica é proveniente da Companhia Rio Grande Energia, e não há outra forma de geração de energia no Campus. D67, D68, D69 e F86 sugerem que o Campus adote a energia solar, embora D69 destaque que acredita ser “difícil que isso venha ocorrer em um horizonte de curto e médio prazo”.

Propôs-se também que os respondentes fizessem sugestões de ações de cunho socioambiental que poderiam ou deveriam ser realizadas pelo Campus de Palmeira das Missões. No que diz respeito a efetividade das ações realizadas, D73 destaca que “falta uma efetividade maior”, assim como D69 comenta que existem projetos de extensão neste sentido, “mas com efetividade, em termos de resultados, relativamente baixa”. D46 deixa explícito em sua opinião que as ações socioambientais são “pouco efetivas, pois essa é uma postura que tem a ver com a falta de educação”.

A existência de ações socioambientais por meio de projetos de extensão foi citada também por T31, que comentou sobre a importância de “cada vez mais pensar em expandir tais ações, ganhos para toda a sociedade”, e T66, que citou como exemplos o Visão Coletiva da Empresa Visão Júnior e Projeto Amigos do Futuro, entre outros. D32 também comentou que “há as ações extensivas de cunho social (viva criança, terapia do afeto etc.), cunho ambiental (monitoramento do rio macaco) e cunho socioambiental (educação financeira e ambiental nas escolas, carroceiros)” e complementou que, em relação à efetividade, tem “muita dificuldade em trabalhar com indicadores subjetivos de sucesso”.

Entre as sugestões de ações, D11 e A30 sugeriram a utilização de sensores de presença. Como já comentado previamente, hoje apenas alguns banheiros do Prédio Principal possuem este sistema. A iluminação natural foi citada como sugestão para os corredores, por A54, ao passo que T29 e D39 sugerem o uso de lâmpadas com eficiência energética. Ambas ações poderiam se complementar no que tange a iluminação, embora a iluminação natural demande alterações na estrutura que

precisariam ser avaliadas pelo engenheiro civil, ou propostas para novas construções. D22 sugere a aquisição de “ar condicionados inverter que economizam até 40% de energia”. Vale destacar aqui a fala de um dos membros da Comissão do PLS:

“O inverter tem uma discussão aí que é questão dos engenheiros, [...] eles tem duas correntes, se o inverter realmente ele é mais econômico, até pode ser, mas parece que ele tem um desgaste maior, aí tem um lixo eletrônico mais cedo... então são conceitos, que a gente tem que chegar num consenso e dentro do que eles definem a gente coloca nas licitações” (PLS1, 2018).

A45 cita também que “não há necessidade de aparelho elétrico para secagem das mãos os quais foram instalados recentemente e, com certeza terão vida útil curtíssima por falta de manutenção no primeiro estrago”, demonstrando atenção tanto para o uso de energia quanto para a geração de resíduos.

A utilização de energia solar fotovoltaica foi sugerida por D22, A23, A30, A43, A54 e D26, sendo que este último fez um comentário mais aprofundado, conforme segue:

“Como não tenho conhecimento acerca do uso de energia fotovoltaica no campus de PM, penso, caso isto não ocorra no campus, que é uma alternativa social e econômico-ambiental. O uso de fontes alternativas de energia, microgeração (Resolução ANEEL 482/2012), proporciona que o setor público e privado passem a gerar sua própria energia. Com o avanço das tecnologias, a energia fotovoltaica tem se demonstrado, mais do que uma alternativa de sustentabilidade, alternativa que leva a economicidade. Em média, os sistemas fotovoltaicos têm uma vida útil de trinta anos, sendo que se pagam em 4 ou 5 anos, no máximo” (D26).

A microgeração permite produzir a própria energia, e em caso de excedente é possível fornecer para a rede. É necessário, entretanto, um estudo sobre os equipamentos e radiação solar no local a ser implantado. Segundo notícia veiculada pela UFSM (2018), este tipo de geração de energia vem sendo estudado pela a Comissão de Gestão Energética da instituição, criada no ano de 2017, entre outros projetos que vem sendo realizados neste sentido.

Com relação ao consumo de água, não foram citadas ações na questão 38, entretanto, como sugestões, A01, A23, A30, A37, D39 e A43 citaram o reaproveitamento da água da chuva para jardinagem, Horto Florestal, e limpeza. D11 destacou a necessidade de “conscientização das equipes de limpeza com relação ao uso racional da água (abolição das mangueiras)”; e A64 ressalta um fato importante quanto ao desperdício: “existem pelo menos 6 destiladores de água nos laboratórios do campus, o desperdício de água gerado é imenso, deveria ser estudado uma maneira de captar essa água e utilizar ela, na limpeza por exemplo”.

Com relação aos resíduos secos e recicláveis, D09 sugere “apoiar a organização social e produtiva dos agentes envolvidos com a questão do lixo no município”, de acordo com a sugestão de D51 de realizar “parceria com a associação de catadores do município”. A sugestão de D56 também é neste sentido, colocando que o “lixo e material que pode ser reciclado deveria ser doados a catadores de lixo ou empresas que realmente reciclam”.

D67 relata a necessidade de cobertura contra a chuva, e D75 sobre a necessidade de “acessibilidade para as pessoas portadoras de deficiência, por exemplo para lhes viabilizar o acesso aos prédios, bloquinhos, etc.”, pois a “acessibilidade ainda é incipiente para pessoas portadoras de deficiência”.

Diante das sugestões, se entende que, apesar de a questão da preservação e conservação ambiental, reciclagem e reaproveitamento de resíduos, uso consciente dos recursos naturais e discussões neste sentido serem de fácil acesso, a comunidade ainda carece de informações e capacitação para atuar neste sentido, e se percebe a necessidade de, constantemente, realizar a sensibilização conjunta,

visto que ações isoladas influenciam, mas ações conjuntas potencializam os resultados.

Apresentado o panorama do ponto de vista da comunidade acadêmica do Campus de Palmeira das Missões, na seção seguinte são apresentadas as sugestões de ações.

4.2 SUGESTÕES DE AÇÕES PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL DO CAMPUS PM

Esta seção foi elaborada com base nos levantamentos realizados e apresentados previamente. Embora a UFSM não possua uma política de gestão ambiental clara, como consta no PDI 2016-2026 (UFSM, 2016b), este documento traz as diretrizes que devem ser observadas, e o PLS 2016-2018, por sua vez, é o documento que se equivale a um plano de gestão ambiental institucional. Estes documentos, portanto, devem ser levados em consideração na definição das ações voltadas ao Campus PM.

A proposta de elaboração de um Plano com ações específicas para o Campus PM se dá devido a comunidade acadêmica deste Campus não perceber as ações realizadas no Campus sede. Se sugere, portanto, que as ações de sensibilização sejam realizadas a nível de Unidade, por meio de subcomissões, ou ainda, por meio de projetos vinculados a um programa institucional neste sentido, embora este não exista atualmente. O Quadro 1 identifica os fatores para os quais devem ser direcionadas as ações do Plano de Gestão Ambiental do Campus PM, baseado no levantamento das informações.

Quadro 1 - Direcionamento das ações para o Plano de Gestão Socioambiental

DIFICULDADES E FATORES A SEREM MELHORADOS	DIRECIONAMENTO DAS AÇÕES
Extensão territorial (Gazzoni, 2014) e entre os campi (PLS2)	Ações a nível de Unidade, por meio de subcomissões, ou projetos vinculados a um programa institucional.
Falta de pessoal, trabalho em Comissão e ausência de um setor administrativo para atuar na questão ambiental (PLS1, PLS2, PLS4, PLS5, PLS6)	A criação de um setor específico, ou responsável pela temática ambiental e pelo PLS, deve ser por meio da demanda apresentada pelas Comissões à Reitoria. Atualmente, a possibilidade é de contar com a colaboração dos diferentes setores, nas ações relacionadas às suas atribuições.
Colaboração e condições dos setores responsáveis, para atender e executar as ações. (PLS2, PLS4, PLS5)	Discutir previamente a definição das metas, indicadores e viabilidades de monitoramento com os setores responsáveis pela execução. Exemplos de sucesso, demonstração de viabilidade financeira ao longo do tempo e benefícios.
Orçamento (PLS1, PLS2, PLS3, PLS5, PLS6)	Iniciar com as ações sem custo, e propor que a economia de recursos retorne para a Unidade que economizou, para aplicações nos objetivos que possuem custo. Estudos de viabilidade em conjunto com o setor responsável por determinada ação.
Dificuldade na definição de metas e indicadores, e consequente monitoramento (PLS2, PLS4)	Diagnóstico prévio, permitindo comparar situação atual e futura. Constatar possibilidade de verificação/ mensuração, e identificar a fonte dos dados, precisa e acessível. Verificar com CPD possibilidade de relatórios necessários para cruzamento de dados. Para o que não for possível definir indicador, colocar como meta a viabilização deste, para uso futuro.
Identificação de projetos realizados de forma isolada (PLS1, PLS5)	Solicitar ao GAP a relação de projetos em andamento vinculados ao Desafio de Gestão Ambiental do PDI 2016-2026.

Desperdício no processo de destilação de água (A64)	Levantar o consumo e centralizar as produções. Onde centralizar, buscar as adaptações que permitam o reaproveitamento da mesma, para limpeza e outros usos similares.
Consumo de papel (T02, D14, D39, A42, A44)	Contato com a Direção do Campus, de onde deve sair a orientação para suprimir a necessidade de memorando para comunicações internas, e para o que for necessário, utilizar papel reciclado e impressão em frente e verso. Incentivar o uso do Moodle que permite a postagem de material digital. Permitir a entrega de vias digitais das versões preliminares dos trabalhos finais de curso, e sugerir as alterações necessárias nos PPCs e MDT.
Necessidade de otimização na utilização dos veículos (T19, D60, F88)	Manter a busca pela otimização das viagens. Solicitar que as reuniões no Campus sede sejam realizadas por videoconferência, bem como palestras e cursos de capacitação.
Desconhecimento do processo de destinação dos resíduos	Mapeamento do processo, da geração a destinação final, para todos os tipos de resíduos, permitindo as correções e adequações necessárias, bem como a divulgação da informação. Buscar parcerias para o Campus ser ponto de coleta de resíduos que hoje não são coletados pela prefeitura, ou são tratados como rejeitos. Divulgação da destinação dada pela empresa que coleta os resíduos comuns.
Ausência de ações de promoção a saúde	Apresentar a demanda à PROGEP, para que sejam realizadas ações no Campus PM.
Poucos cursos de capacitação organizados pela PROGEP	Realização destes de forma concentrada, na modalidade a distância ou permitir a videoconferência. Aumentar a oferta no Campus PM.
Pouca integração dos servidores (D34, T50)	Ações de promoção a saúde (PROGEP) e Viva o Campus (Pró-Reitoria de Extensão) poderiam colaborar neste sentido. Maior frequência de ações para integração dos setores, promovidas pelas chefias, como reuniões de trabalho e comemorativas.
Ausência de conscientização para o uso consciente de recursos (PLS1, PLS5); pouco conhecimento sobre o PLS e A3P; separação e destinação incorreta dos resíduos, principalmente comuns (T02, D11, A44, T47, A64, T66, F85)	Sensibilização, voltada à comunidade acadêmica, através de intervenções nos eventos institucionais, e campanhas nas mídias sociais: divulgação do PLS, bem como do Plano de Gestão Ambiental do Campus quando elaborado; material informativo para destinação dos resíduos corretamente; uso consciente do recursos naturais e bens públicos.
Necessidade de melhoria nas descrições dos produtos e serviços para que contemplem características sustentáveis (T65)	Sensibilização, voltada aos servidores, através de e-mail, campanhas nas mídias sociais, e reuniões: observação de itens sustentáveis no Almoxarifado, optando pela compra destes quando há alternativa; divulgação de critérios sustentáveis que podem ser solicitados no momento dos registros de preço. Elaboração de <i>checklist</i> com critérios sustentáveis, baseados na Instrução Normativa 01/2010 – MPOG e no Decreto 7.746/2012, para divulgação no período de registro de preço. Inserção da informação, se o item é ou não sustentável, nos relatórios de compra, sendo necessário contato com Demapa e CPD.
Utilização de mangueiras na limpeza de áreas externas (D11)	Sensibilização, voltada aos funcionários terceirizados, através de reuniões de trabalho: conferência de luzes acesas ao final do expediente; uso consciente da água
Separação e destinação incorreta dos resíduos, principalmente comuns (T02, D11, A44, T47, A64, T66, F85)	Capacitação, voltada à Comissão de Gestão Ambiental: legislações relacionadas às compras e contratações sustentáveis; PNRS e legislações correlatas; separação dos resíduos conforme se dá a coleta municipal, junto a empresa responsável.
	Capacitação, voltada aos funcionários terceirizados responsáveis pela limpeza: separação dos resíduos conforme se dá a coleta municipal.

Manutenções preventivas (A45, T58, A64, A78), Sensores de presença que não funcionam (A64)	Levantamento de necessidades de conserto de equipamentos, e descrição de serviços de manutenção preventiva e corretiva.
Não funcionamento dos sistemas de coleta de água da chuva (D11)	Identificar, junto a PROINFRA, os motivos pelos quais os sistemas não estão em funcionamento, viabilizando-os.

Fonte: Elaborado pelos autores.

As propostas dizem respeito aos dados levantados nesta pesquisa. Um diagnóstico aprofundado, conforme proposto pela A3P, e posteriores discussões com os gestores e com a comunidade acadêmica são essenciais, de forma a elaborar um Plano conjunto, indo ao encontro do que propõe Alves (2016, p. 83), de que “o envolvimento dos empregados nos aspectos socioambientais da organização podem elevar sua motivação no ambiente de trabalho, contribuindo para a melhoria generalizada do clima organizacional da empresa”, e, conseqüentemente, para maior adesão às ações propostas. Na sequência, são apresentadas as conclusões decorrentes desta pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo investigar, sob a ótica da Agenda Ambiental na Administração Pública, a perspectiva da comunidade acadêmica de uma IES pública acerca de práticas socioambientais em seu Campus. Após a pesquisa, se elaborou a proposta de ações para a implantação da A3P no Campus de Palmeira das Missões da UFSM. Ainda na etapa de projeto, esta pesquisa desencadeou as discussões sobre o tema no Campus, bem como a criação da Comissão de Gestão Ambiental. Salienta-se que as discussões para a elaboração do Plano de Gestão Ambiental para o Campus PM estão sendo realizadas.

O levantamento das informações a partir dos questionários e entrevistas vêm a complementar os dados necessários para o diagnóstico socioambiental. A proposta de adesão formal à A3P foi encaminhada ao MMA e aprovada, sendo o Campus UFSM/Palmeira das Missões o primeiro desta IES a aderir. A A3P pode ser utilizada como metodologia, mesmo sem a adesão formal. Neste sentido, retoma-se a colocação de um dos membros do PLS, de que não há, por parte do Governo, uma real cobrança dos resultados, sendo que este fator implica negativamente na compreensão e colaboração para o cumprimento das metas por parte dos gestores e servidores. Neste sentido, se percebe a necessidade de que a adoção de práticas ambientalmente corretas sejam exigências, ao mesmo tempo que o Governo deve incentivar, facilitar e viabilizar estas.

Espera-se que a adoção das práticas socioambientais colabore para o desenvolvimento sustentável do Campus e da Instituição, reduzindo, eliminando e compensando danos ambientais, com vistas à melhoria da relação entre a instituição e o meio ambiente, conforme o que propõem Barbieri (2011), Jabbour e Jabbour (2013) e Luiz et al. (2013), acarretando na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Reforça-se o papel das IFES de interligar o ensino e a prática, atuando na formação de opinião e demonstrando a importância, viabilidade e benefícios da gestão ambientalmente correta.

Como limitações para a presente pesquisa, destaca-se o baixo percentual de retorno dos questionários, principalmente por parte dos acadêmicos. Para estudos futuros, com relação a esta mesma unidade de pesquisa, sugere-se que o questionário seja reaplicado em médio e longo prazo, bem como sejam avaliados os

dados históricos a partir da data desta pesquisa, no sentido de se verificar a implementação e eficiência das ações propostas. O tema é atual e pertinente, de forma que a pesquisa também pode ser aplicada em outros órgãos públicos, inclusive nos demais campi da UFSM, com o mesmo objetivo, o que já está em andamento em outro campi fora da sede. Ainda, sugere-se um estudo similar em instituições privadas, de forma a evidenciar se encontram as mesmas dificuldades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ricardo Ribeiro. **Administração Verde: O caminho sem volta da sustentabilidade ambiental nas organizações**. 1.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

ARAÚJO, Ádria de Azevedo; et al. O sistema de gestão ambiental como impulsor da educação ambiental: um estudo de caso em uma empresa do polo industrial de Manaus (PIM) a partir da percepção de seus colaboradores. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 13, n. 4, p. 3580-3590, 2014.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2010.

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 jun. 1993, republicado em 6 jul. 1994 e retificado em 6 jul. 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 ago. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 16 jan. 2018.

CARVALHO, Denis Barros de; SOUSA, Evangelina da Silva. Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e Licitações Sustentáveis: Um Estudo no Restaurante Universitário da Universidade Federal do Piauí. In: XIII Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas, 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, 2013.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GAZZONI, Fernando. **A utilização do Plano de Logística Sustentável como ferramenta de gestão: um olhar dos servidores da Universidade Federal de Santa Maria**. 2014. 95f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas)-Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed., 12.reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopes de Sousa; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. **Gestão Ambiental nas organizações: fundamentos e tendências**. Livro digital. São Paulo: Atlas, 2013. Disponível em:

<<http://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522477227/pages/0>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

LUIZ, Lilian Campagnin; PFITSCHER, Elisete Dahmer; ROSA, Fabricia Silva da. Plano de Gestão de Logística Sustentável: proposição de Ações e Indicadores Socioambientais para Avaliar o Desempenho nos Órgãos Públicos Federais. **Revista de Administração da UFSM**, v. 8, n. Ed. Especial, p. 8-27, 2015.

_____. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**: Viçosa, v. 5, n. 2, p. 54-62, abr-jun. 2013. Disponível em:

<<http://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/issue/view/48#.UzLKnfldWVM>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Agenda Ambiental na Administração Pública**. Cartilha. 5.ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2009. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/cartilha%20completa%20A3P.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

_____. **Como implantar a A3P**. Cartilha. 3.ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2014. Disponível em:

<<http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80063/Cartilha%20Intermediaria%20-%20Como%20Implantar%20a%20A3P%20-%203%20edicao.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

NASCIMENTO, Luis Felipe. **Gestão ambiental e sustentabilidade**. 2.ed. [Brasília]: CAPES: UAB, 2012.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em:

<[http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book Metodologia do Trabalho Cientifico.pdf](http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf)>. Acesso em: 15 jan. 2018.

UFSM. **Plano de Gestão de Logística Sustentável 2013-2015**. Santa Maria, 2013. Disponível em <<http://site.ufsm.br/ufsm/documentos-oficiais-diversos>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2026**. Santa Maria, 2016b. Disponível em <<http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/arquivos/0510013d-1d91-47d4-bf67-1e3120598fa6.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2018.

_____. **UFSM desenvolve projeto de eficiência energética junto com a CPFL e RGE Sul**, 2018. Disponível em <<http://site.ufsm.br/noticias/exibir/ufsm-desenvolve-projeto-de-eficiencia-energetica-j>>. Acesso em: 10 abr. 2018.